



FONTE: INTERFAMA

## José Luíz Spigolon

SUPERINTENDENTE DA CONFEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIAS NO BRASIL (CMB)

“Os hospitais filantrópicos não precisam ter lucro, mas não podem ter prejuízo”

*Subfinanciamento do Sistema Público de Saúde causa prejuízo às santas casas, que acumulam R\$ 6 bilhões em dívidas, e afeta a qualidade da assistência prestada pela rede, diz Spigolon*

“O Sistema Único de Saúde (SUS) vive hoje um cenário de extrema dificuldade por conta do seu subfinanciamento. E quando o SUS vai mal, os hospitais filantrópicos, que são entidades privadas sem fins lucrativos, também vão mal. Por Lei, eles devem destinar 60% dos seus serviços ao Sistema Público e, em 2009, responderam por 41% de todas as internações realizadas pelo SUS, nos 2,1 mil hospitais que as 2,1 mil instituições filantrópicas têm espalhados pelo Brasil.

Foram 4,535 milhões internações feitas pelas santas casas, de um total de 11,128 milhões do SUS. Para prestar esse atendimento, tiveram um custo de R\$ 12,3 bilhões, mas receberam apenas R\$ 7,9 bilhões do Sistema. Portanto, tiveram um déficit de R\$ 4,4 bilhões. O que significa dizer que a cada R\$ 100 gastos com os pacientes do Sistema foram recebidos apenas R\$ 65. Além disso, os reajustes nas tabelas foram pontuais nos últimos anos. O mais expressivo ocorreu no final de 2005.

Esse levantamento foi apresentado ao ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e será mostrado ao atual ministro, Alexandre Padilha. E isso é resultado do subfinanciamento do setor de saúde, essa conclusão é uma unanimidade nacional e até a presidente Dilma Rousseff admite. Seria necessário injetar muito mais dinheiro no SUS para que ele pudesse remunerar a rede conveniada de forma adequada.

Os hospitais filantrópicos não precisam ter lucro, mas não podem ter prejuízo, que acaba sendo bancado por um endividamento muito caro. Em 2003, eles tinham uma dívida de R\$ 1,9 bilhão com fornecedores, passivos trabalhistas e empréstimos em bancos. Fecharam 2009 com endividamento acumulado de R\$ 6 bilhões. O resultado é que os hospitais filantrópicos estão atrasando o pagamento a fornecedores, o que dificulta boas negociações de preços de medicamentos e de materiais hospitalares. E quem é mal pagador e não tem recursos para comprar à vista está sujeito aos preços de mercado, ou seja, paga mais caro. A bola de neve está formada.

O subfinanciamento a que vem sendo submetidas está causando um empobrecimento progressivo das santas casas, que estão vendendo parte de seus patrimônios em imóveis, que asseguravam uma renda mensal, para tentar reduzir as dívidas. Outra consequência é a falta de recursos para adquirir novas tecnologias. O desenvolvimento de novos produtos, que auxiliam e dão agilidade cada vez maior aos processos de diagnóstico e tratamento, é mui-

to rápido e isso exige investimento constante do setor. Mas as instituições não têm recursos para acompanhar essa renovação, que ocorre anualmente, e operam com equipamentos cada vez mais defasados.

Para completar o cenário desafiador, os hospitais não estão conseguindo manter seus quadros de pessoal. A estrutura mais enxuta leva ao fechamento de leitos e, em consequência, a população tem maior dificuldade de acesso aos serviços hospitalares. A finalidade das santas casas é realmente atender às pessoas mais necessitadas, fornecer acesso absolutamente universalizado. Mas para exercer essa função com qualidade é preciso ter, no mínimo, equilíbrio financeiro. Sem isso, há prejuízo na qualidade da assistência, resultando diretamente na qualidade da saúde do cidadão.

O governo federal planeja construir 500 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), mas será que ele já garantiu no orçamento o dinheiro para esse custeio? Construir é fácil, difícil é cobrir mensalmente as despesas. Os hospitais filantrópicos estão muito interiorizados, 56% estão localizados em municípios com até 30 mil habitantes, e geralmente são os únicos serviços da população. Por isso, cabe outra pergunta: em vez de duplicar serviços por que não fazer uma parceria com essa rede que já está estruturada, dentro da linha de Parceria Público-Privada? No Brasil, ao mesmo tempo em que faltam recursos, é comum a duplicação de serviços, ou seja, a instalação de serviços iguais em regiões muito próximas. Uma parceria mais estruturada com as santas casas levaria o setor público a economizar os recursos que serão aplicados nas novas unidades.”